

1 **ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE**
2 **BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 19 DE MARÇO DE 1998, NO AUDITÓRIO**
3 **DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, AV. AFONSO PENA, 2336, 14º. ANDAR.**

4 Aos dezenove dias do mês de março de mil, novecentos e noventa e oito, realizou-se
5 a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde. Às 14:50 horas, a
6 secretária geral do Conselho, Simone Dutra Lucas, dá início aos trabalhos
7 convocando os demais membros da Mesa Diretora para tomarem assento à mesa. A
8 reunião tem a seguinte pauta: 1 - Discussão das Conferências; 2 - Discussão do
9 projeto REFORSUS. Iniciando os informes, Simone, lê convite do CERSAM
10 Pampulha para a atividade de discussão do tema CERSAM - Percurso e Perspectivas
11 com participação do CERSAM Barreiro, Leste e Noroeste, para aproximação de
12 vivências e práticas neste modelo assistencial em saúde mental, há um convite para
13 cada distrito. Há uma apresentação de proposta de emenda ao projeto de lei do
14 Conselho Municipal para criação do Conselho de Usuários do Hospital das Clínicas
15 que seria acrescentada como Capítulo IV: “ Em cada hospital conveniado ao SUS,
16 será criado um conselho de usuários. Parágrafo único: A organização e
17 funcionamento do conselho de usuários obedecerá aos critérios e normas de
18 funcionamento definidos em regimento próprio aprovado pelo respectivo Conselho.
19 Compete ao Conselho de Usuários: 1 - Garantir prioridade nas ações de saúde de
20 caráter preventivo e curativo em consonância com a política nacional, estadual e a
21 municipal de saúde; 2 - Colaborar, acompanhar, fiscalizar a ocupação de leitos e a
22 qualidade dos atendimentos e serviços prestados pelos respectivos hospitais; 3 -
23 Colaborar e assegurar a divulgação das atividades e serviços prestados pelos hospitais
24 universitários ao SUS; 4 - Denunciar junto aos órgãos competentes as irregularidades
25 na execução dos serviços.” Esta é sugestão para entrar como parte do projeto de lei do
26 Conselho Municipal. A secretária lê o convite do Conselho Nacional de Saúde para a
27 V Plenária Nacional de Conselhos de Saúde, que se realizará em 25 e 26/03/98 das
28 9:00 às 18:00 horas, em Brasília com as seguintes discussões: - Preparação do II
29 Encontro Nacional de Conselheiros ; - PEC 169; - Orçamento da Saúde/98; - Modelo
30 de Gestão. Cada Conselho deverá mandar 2 a 4 conselheiros, custeando as despesas.
31 Simone coloca que é preciso tirar os representantes. Foi indicado a conselheira Adélia
32 Maria da Silva para substituir a conselheira Heloísa de Carvalho Torres, representante
33 da UFMG. A secretária geral lê documento recebido pelo CMS, do Dr. Athos,
34 respondendo ao Ofício sobre informações da Assessoria de Arquitetura e do
35 Departamento de Administração e Finanças da SMSA, falando sobre as obras da
36 SUDECAP, desde a elaboração do projeto até os repasses financeiros da Secretaria
37 para a SUDECAP, Simone sugere que o documento seja repassado para os
38 conselheiros e que seja marcado a discussão convidando a SUDECAP. O SINDESS
39 enviou documento solicitando a inclusão na pauta da reunião do dia 18/03 para
40 discutir a crise do Hospital São José, é lido o documento sobre a situação dos
41 trabalhadores daquele hospital. O conselheiro Jader propõe que se dê
42 encaminhamento de um documento à direção do hospital pedindo solução e tenta se
43 agendar um horário com a direção do hospital para intermediar esta situação grave. A

44 secretária geral propõe que também vá junto a imprensa do CMS, para fazer uma
45 cobertura para sair no Jornal dos Conselhos. Jader fala a respeito de uma carta
46 publicada no Estado de Minas, onde o senhor Max Golgher, representante do CRM
47 no Conselho Estadual de Saúde, denuncia ineficácia do fumacê, com dados não
48 reconhecidos pelas Secretarias de Saúde, Fundação Nacional e o Ministério de Saúde,
49 propõe que o CMS solicite à SMSA, acione os órgãos competentes para desmascarar
50 esta mentira, que pode causar pânico à população. Fala também que a Santa Casa está
51 na iminência de fechar o Hospital Maria de Lourdes Drumond, que estava cedido à
52 FHEMIG para retaguarda ao Pronto Socorro, isto trará prejuízo aos usuários do SUS.
53 O hospital estará servindo não à população mas à clientela do plano de saúde da Santa
54 Casa, o Conselho dever tomar providências para reverter a situação do Hospital e que
55 ele continue atendendo ao SUS. A denúncia de que a Santa Casa não está internando
56 no berçário de alto risco que foi montado com dinheiro do Fundo Nacional de Saúde,
57 conforme foi debatido aqui e a obra acompanhada, eles deveriam estar servindo ao
58 SUS e conforme denuncia, não estão. O conselheiro distrital de Venda Nova, senhor
59 Evaristo Garcia, parabeniza Dr. Athos e Dr^a Soninha pelo funcionamento do
60 Laboratório Central, fazendo um depoimento a respeito da rapidez no atendimento,
61 em seguida responde ao Dr. Verçoza, pois na época em que este era gerente dos
62 PAM's, em BH só 30% da população tinha direito de consultar. Critica a relação com
63 os hospitais na época, como o Hilton Rocha, o Mater Dei, Socor e etc, propõe que se
64 contrate a Escola de Enfermagem nos moldes do trabalho feito pela Assessoria de
65 Comunicação do Conselho, a ação de um professor com os estagiários, junto aos
66 Centros de Saúde, outra questão é o comunicado de assessor da Câmara Municipal
67 que os 80 mil reais que era para construir um Centro de Saúde em Venda Nova foi
68 sustado pelo vice-prefeito e que agora esta verba está incluída no subprograma 326 -
69 Serviço funerário, uma dotação de 80 mil reais, que era para obra do Pronto Socorro
70 está aqui, em seguida termina parabenizando à Mesa por trazer a SUDECAP para
71 discutir às questões levantadas quanto às obras em Centros de Saúde. O representante
72 dos trabalhadores Rogério Eustáquio, informa sobre a realização da plenária
73 municipal dos conselheiros trabalhadores da saúde realizada no dia 18/03, foram
74 aprovados três documentos, sendo 1^a - proposta de organização e mobilização dos
75 trabalhadores de saúde, para serem discutidos no momento da discussão sobre as
76 Conferências; 2^a - propostas básicas para defesa nas conferências distritais e na
77 Plenária Municipal de Saúde; 3^a - Aprovou-se uma carta aos trabalhadores para
78 mobilizá-los para participação nas conferências distritais. Foi aprovado uma nova
79 plenária para dia 01/04, com os temas de discussão: PSF e Acolhimento, que estarão
80 em debate, solicita apoio aos documentos dos trabalhadores quando da discussões
81 sobre as Conferências. O conselheiro João Athayde informa sobre o convite feito pela
82 Assembléia Legislativa a ele e ao conselheiro Roberto para fazer discussão da saúde
83 pública em BH, onde se fez a defesa do SUS e gostaria de registrar algumas questões
84 importantes: o trato da saúde pública por parte dos governos, do legislativo e da
85 sociedade, o pronunciamento do presidente da Associação dos Hospitais privados,

86 onde ele afirmou que o Ministro da Fazenda falou que não seria aplicado mais
87 nenhum aumento de verba na saúde, deve-se registrar que no governo federal o
88 ministro da saúde é desnecessário pois quem resolve as questões da saúde é o
89 ministro da fazenda, bem como o legislativo é desnecessário pois mesmo constando a
90 PEC 169, o ministro da fazenda não aumenta a verba para a saúde. O governo FHC
91 está implantando na verdade uma ditadura pois não dá valor nenhum ao legislativo;
92 outro registro importante, o Conselho deve aprofundar a questão da Santa Casa que
93 recebe recursos públicos. O conselheiro Geraldo Mossem disse que ontem houve
94 plenária dos usuários com presença significativa de 22 usuários, para tratar da
95 presença dos usuários no Conselho; as representações são de vários segmentos neste
96 Conselho como os sindicatos de setores produtivos, cujas presenças não foram
97 significativas. Em função disso se discutiu na plenária dos usuários, tendo em vista a
98 nova composição, a questão dos representantes dos usuários e tirou-se como proposta
99 que se retirasse duas vagas para o movimento de mulheres e duas outras para o
100 movimento comunitário que estão surgindo como movimento de transportes e outros,
101 a proposta foi aprovada, condicionada à uma avaliação do Conselho e o referendo
102 deste Conselho. O secretário-adjunto Fausto, passa informe sobre a Dengue, o
103 relatório fechado para o dia de ontem com 15.000 casos confirmados e 10.800
104 suspeitos, não há casos de Dengue hemorrágica confirmados, todos estão
105 acompanhando a ação da Secretaria Municipal, o governo municipal e outras
106 instituições que vêm se incorporando a este trabalho para conter o avanço da
107 epidemia, com recursos do FNS, do Ministério de Saúde e a PM, um total de 1200
108 homens no combate até o final da semana, estão sendo colocados: o dinheiro do
109 Ministério é insuficiente e há decisão do prefeito de aporte de recursos municipais e
110 inclusive no sentido de reforçar as equipes de atendimento das pessoas com a doença,
111 a expectativa é de que os números de casos continue aumentando pelo menos nos
112 próximos 15 dias, pela experiência da epidemia é que 25% da população seja
113 atingida, então o que se espera é que haja aumento de casos apesar dos esforços que
114 se tem feito. Gostaria de esclarecer às pessoas do Conselho, que a tecnologia usada
115 no combate é a mesma utilizada em outras partes do mundo; esta discussão que o
116 Max Golgher, que o próprio Guerra chegou a colocar no jornal, do ponto de vista de
117 todas as consultas, os pareceres que fizemos não têm a menor procedência, são do
118 ponto de vista técnico, verdadeiras aberrações. O larvicida, colocado pelo agente
119 sanitário na água mata a larva, o UVB mata o inseto adulto e é fundamental para
120 interromper o ciclo da doença, é fundamental no caso de epidemia já instalada, sabe-
121 se dos efeitos dos organofosforados, do dinheiro do Ministério só chegou R\$ 840 mil
122 dos R\$ 4.200.000,00 prometidos, com este dinheiro se faz uma contratação de
123 pessoas e na semana que vem, com o efetivo da PM, colocaremos 1200 pessoas no
124 combate à Dengue, já com o dinheiro do Ministério da Saúde. O colegiado de
125 secretários, como órgão formulador de políticas e diretrizes, representa os secretários
126 no Bipartite, metade estado, metade municípios. Na eleição do ano passado passamos
127 a ter uma unipartite, todos representavam os mesmos interesses, na medida que foi

128 feita uma chapa oficial, da Secretaria do Estado, que ganhou as eleições. Houve na
129 segunda-feira, uma plenária onde foi dado um golpe por esta atual diretoria e que
130 apresentou o seguinte calendário: Dia 25/03 para inscrever chapa e a eleição no dia
131 31/03, 15 dias para se fazer um processo eleitoral. Estendeu o mandato da próxima de
132 um ano para dois anos e 8 meses ou seja, esta é a última eleição do COSENS neste
133 mandato de governo municipal; isto é um golpe do ponto de vista democrático.
134 Estamos tentando criar uma chapa ou forçar uma composição de chapa, no caso dos
135 secretários municipais, o melhor seria uma chapa de consenso que não levasse a
136 disputa político partidária para dentro do COSENS, até porque os secretários são de
137 vários partidos. O consenso não sendo possível, a disposição do setor que disputou o
138 ano passado é voltar a disputar, BH está participando deste processo de articulação no
139 sentido de evitar a perpetuação deste quadro que foi maléfico para os interesses de
140 BH e também para os outros municípios, pois a posição única tanto da Secretaria
141 Estadual quanto do COSENS trouxe inúmeros prejuízo para os interesses municipais,
142 é esta tentativa que a gente está fazendo, ao lançar uma chapa ou forçar uma
143 composição para trazer o colegiado de volta à defesa dos interesses dos municípios e
144 não o COSENS como correia de transmissão da Secretaria do Estado. A secretária
145 geral Simone, abre para pedidos de esclarecimento o senhor Garcia, que colocou
146 que dia 27/03 haverá reunião dos prefeitos em BH e pode-se pedir que Célio
147 encaminhe esta questão lá. A secretária geral encaminha a questão posta pelos
148 usuários e também a proposta de Jô Moraes para os conselhos de usuários dos
149 hospitais, propondo consulta ao plenário se haverá discussão desses itens. O
150 secretário-adjunto propõe que não se discuta esta questão no momento, pois, pode
151 alongar-se e há outros problemas políticos como o da participação dos vereadores no
152 Conselho. Propõe que seja delegado à Mesa Diretora para estabelecer esta negociação
153 com a Câmara de Vereadores e dos diversos aspectos do projeto. A mesa avaliando as
154 dimensões das modificações na proposta e que as alterações são tão graves que
155 precisam ser retomadas a ser chamada a plenária, ela vai ter a capacidade desta
156 avaliação. A proposta é de delegar à Mesa para a negociação e que tentasse chegar a
157 uma proposta mais fechada que seria mandada para decisão final. O conselheiro
158 Geraldo Mossem, questiona o encaminhamento e pede que seja avaliada agora pelo
159 plenário, visto não se poder ir para as conferências distritais e plenária sem esta
160 discussão dos dois segmentos. A secretária geral, encaminha a votação. O conselheiro
161 Geraldo pede questão de ordem, para seja votado em separação as questões. Simone
162 coloca que vários conselheiros trouxeram outras propostas não cabendo votar nenhum
163 em separado, sendo assim, reencaminha a votação e informa a aprovação da
164 delegação à mesa diretora que se achar necessário trará a questão ao plenário. Propõe
165 a inversão da pauta, os dois projetos do REFORSUS, que estavam como 2º ponto
166 passam a ser o 1º ponto, foi aprovado por consenso. O conselheiro Jader, relata que
167 estes projetos foram avaliados pela CTF, foi analisado pedido de inclusão do
168 REFORSUS, de recursos para os Hospitais João XXIII, Amélia Lins, Eduardo de
169 Menezes, Júlia Kubitschek, Maternidade Odete Valadares e foi dado parecer

170 favorável, aprovação da inclusão, os recursos do REFORSUS e 15% do estado, à
171 título de complemento, no HJK, por exemplo é solicitado R\$ 255 mil reais e R\$
172 42.750,00 é contrapartida do estado. O secretário-adjunto Fausto, pede para ser
173 explicitado a aplicação no HJK e Jader informa que será aplicado na estrutura de
174 atendimento da urgência/emergência, de instalações adequadas possibilitando uma
175 ampliação do atendimento e capacidade do serviço, colocou-se que se aprovasse com
176 a condição de que seja respeitada a Resolução 21 do CMS, que determina que para
177 todo investimento no SUS, haja prestação de contas ao Conselho. O conselheiro
178 distrital Evaristo Garcia, questiona quanto à inclusão do Pronto Socorro Venda Nova
179 no REFORSUS. O conselheiro Jader coloca que o recurso para o Pronto Socorro
180 Venda Nova já foi aprovado e o que nos cabe, também ao Conselho Estadual é cobrar
181 da Secretaria do Estado o porquê destes recursos não estarem sendo aplicados. A
182 secretária geral consulta o plenário e inicia justificando a ausência da conselheira
183 Rosalina, em seguida faz a votação nominal, sendo 14 votos favoráveis, coloca a
184 discussão do Regimento da Plenária, propõe leitura do esboço do Regimento feito
185 pela comissão organizadora, propõe que a cada artigo faça-se destaque, se houver
186 discordância da proposição. O conselheiro Jader faz a leitura do Regimento e propõe
187 cinco minutos para esclarecimentos da Comissão, sendo: 1º - A duração da Plenária;
188 2º - A proposição de se fazer um compilado dos relatórios das Conferências Distritais
189 com a produção de um documento que mostraria a discussão da saúde em BH, para
190 tratar as questões que sejam referente ao município como um todo e aquelas que se
191 referissem a um distrito apenas, para se poder preparar também para a Conferência
192 Metropolitana. O conselheiro Paulo César coloca que pelo tempo que se tem, a
193 Comissão destacaria um ou mais temas principais que seriam debatidos na Plenária e
194 os demais temas iriam para deliberações no Conselho. A secretária geral, pondera que
195 as sugestões de hoje e a discussão no Conselho, agilizaria a aprovação do Regimento
196 na Plenária. Em seguida passa aos destaques. O representante do SINDSAÚDE,
197 Paulo, faz destaque ao Capítulo I, artigo I, item 5 - Renovação do Conselho; item 6 -
198 Eleger os delegados à Conferência Regional Metropolitana, foi aprovado por
199 consenso. O secretário-adjunto Fausto, fala da programação como um todo está muito
200 pesada, propõe a junção de algumas mesas ou 2 painéis como universalidade, dentro
201 constitucional como 1º debate, ou controle social dentro de outra discussão e o
202 sábado todo para deliberação do relatório final. A mesa encaminha para a discussão
203 deste destaque, segue-se debates alongados sobre a questão que resulta a seguinte
204 proposta sintetizada por Faustinho. Na quinta-feira: credenciamento, à noite a mesa
205 com junção dos debates 1 e 2 para discutir a Universalidade do Direito a Saúde,
206 questões de fronteiras financiamento e atualidade do artigo 196, sexta-feira, debate 3
207 “Modelo Assistencial”, à noite “Controle Social”, sábado, plenária final, relatório
208 final, conferências setoriais, eleição do conselho e dos delegados. A secretária geral
209 Simone, encaminha a votação e abre para esclarecimentos. O conselheiro Antônio
210 Gomes pede que seja colocado a questão do encerramento no horário da noite.
211 Simone, propõe que seja encerrado às 22:00 horas. Os conselheiros Geraldo Mossem

212 e Geralda Margarida, propõe que se faça um lance ao invés do jantar no horário de
213 18:00 às 19:00 horas e o horário de encerramento seja às 21:00 horas. Foram
214 aprovadas as propostas de horário e programação da plenária. O conselheiro distrital
215 Júlio faz destaque à seção II do artigo 6º, letra B, que para as conferências distritais
216 já saísse do Regimento Interno, que os trabalhadores e prestadores saíssem como tais
217 e não como usuários. A secretária geral propõe que faça uma proposta de critérios e
218 depois voltaria a esta questão. O conselheiro Faustinho acha que neste artigo deve-se
219 questionar que nas Conferências distritais há comissões organizadoras e não se pode
220 definir o regimento e a programação, no máximo apontar. Simone faz uma redação
221 para o artigo que fica: Elaborar a proposta de regimento interno e programação da
222 plenária municipal e apontar diretrizes para a elaboração do regimento das
223 Conferências distritais. O conselheiro Eduardo Leal coloca que se tem de cuidar que
224 o Conselho não é órgão interventor no movimento popular e que se em uma região
225 um trabalhador faz um trabalho comunitário que é reconhecido e se a comunidade o
226 quiser como representante de usuário, temos que respeitar, pode-se remeter ao
227 distrito, mas que não se baixe por lá um decreto que crie um conflito com a
228 comunidade. O conselheiro Luiz Moraes, pede que seja apontado pelo Regimento
229 para que não seja argumento contra ou a favor na conferência distrital. Simone coloca
230 que os limites da militância política é muito estreita em algumas situações. A
231 conselheira distrital Maria Cristina Baptista, coloca que deixe discutir isto nas
232 conferências distrital a nível político com as várias representações. O conselheiro
233 distrital Evaristo Garcia, faz destaque ao Artigo 6º, letra G, propõe que se elabore
234 teses quanto à relação de Venda Nova com outros municípios de fronteira, que esta
235 experiência seja transmitida para outros distritos. Jader lê parágrafo único do artigo
236 3º, que contemplaria a questão levantada, visto que chegarão os relatórios das
237 conferências distritais e que serão distribuídas para todos para discussão nos painéis.
238 Outra questão levantada pelo senhor Garcia é quanto ao financiamento, como se
239 poderá pensar esta relação do Conselho e a Câmara Municipal, quanto ao poder de
240 contestar as contas, é só do poder legislativo, no que foi contraditado por Jader e
241 Simone com base na legislação que dá ao Conselho esta possibilidade. O conselheiro
242 Geraldo Mossem, coloca que nos distritos não há dinheiro para fazer a conferência e
243 gostaria que Fausto definisse esta questão. A conselheira Vera Maria, da Noroeste,
244 disse que vai haver financiamento da Conferência, na reunião do Colegiado acertou-
245 se a disponibilização dos recursos. O conselheiro Faustinho, informa sobre as
246 possíveis fontes, a SMSA não pode dar o mesmo apoio dado na V Conferência, a
247 organização será mais modesta com disponibilização de recursos orçamentários para
248 os distritos e estes irão fazer a operacionalização da compra de insumos e materiais,
249 haverá centralização apenas da parte de publicidade. Para os distritos com
250 Conferência de dois dias R\$ 3000,00, para um dia R\$ 1500,00, estes recursos serão
251 suficientes para alimentação e transporte, o resto deve ser discutido pelo distrito sobre
252 o que terá ou não. Foi definido que a SMSA irá bancar a plenária municipal com o
253 transporte, alimentação e a infra-estrutura. O conselheiro Eduardo Leal, coloca a

254 obtenção de outras fontes, como o Banco do Brasil, a CEF. O conselheiro Roberto
255 questiona o valor que a SMSA dispõe, na Leste ficou orçado em R\$ 5500,00 e terá de
256 ser reavaliado buscando patrocínio. O conselheiro Jader propõe votação por consenso
257 de inclusão no artigo 10º e conferências distritais. O conselheiro Jader coloca em
258 destaque o artigo 12º, falando da polêmica quanto a inexistência de observadores, se
259 houver a definição, quais os critérios para a escolha do observador. O conselheiro
260 Luiz Moraes, diz que deve ter uma porcentagem de 3 a 5% e não paritário. Jader
261 propõe que os conselheiros sejam convidados natos à Plenária. O conselheiro
262 Eduardo acrescenta a figura do suplente com a possibilidade de se tornar delegado na
263 falta deste. O conselheiro João Athayde, propõe que seja 10% de suplentes. Jader
264 coloca que há duas propostas: 1 - Os conselheiros municipais são convidados; 2 - Que
265 se tirem 10% de suplentes, os que não forem delegados serão observadores. Ficou
266 aprovada como estava originalmente. Jader coloca também o destaque do artigo 13º,
267 retificando o quadro quanto ao Distrito Oeste, que contava também como DISAL. O
268 conselheiro Paulinho explica como se chegou ao número de delegados e propõe que
269 se envie uma carta-convite para as entidades para científicá-las do evento; em
270 especial os prestadores. O destaque do artigo 14º acrescenta: Sob a Coordenação da
271 Comissão Organizadora. A secretária geral Simone, coloca o projeto de Lei do CMS
272 sobre a forma de indicar representantes e não se atentou que na proposta do CMS, dos
273 profissionais de saúde e usuários seriam indicados em assembléia das respectivas
274 entidades representativas. No projeto do prefeito defende-se que devem ser indicados
275 durante às Conferências. A discussão na Comissão Organizadora é contrária ao
276 projeto de lei, onde se disse que precisavam ser tirados os delegados na distrital. Diz
277 que há uma contradição nisto. O conselheiro Jader argumenta que se tire os
278 conselheiros pela Lei 5903. O conselheiro Fausto coloca que diferença entre os
279 delegados são tirados pelas Conferências Distritais e os conselheiros pelas entidades.
280 A secretária geral coloca que para ser delegado tem de ter vindo da distrital e que
281 para ser conselheiro ele deve ser delegado. Jader diz que o Conselho está convocando
282 as plenárias de trabalhadores e especifica os segmentos. Eduardo diz que os
283 trabalhadores e usuários escolherão durante a plenária da categoria e os usuários farão
284 nas distritais, é preciso chamar a atenção para a discussão no tocante ao período em
285 que as conferências seriam realizadas e a forma de eleição dos conselhos. Foi
286 remetida à mesa diretora para debate e construção de propostas e inclusive seria feita
287 uma consulta à Procuradoria para ver a legalidade quanto a se quatro ou dois anos, é
288 necessário que se ultime esta questão, pois a tramitação do projeto tende a se
289 apressar. O conselheiro distrital Júlio pede para esclarecer quanto ao artigo 15º sobre
290 os membros efetivos e suplentes, se não haverá definição dos representantes na
291 distrital e que só haveria homologação na Plenária. Jader colocar que isto é indicativo
292 político, para fortalecer a legitimidade tem que haver a plenária específica para no
293 mínimo referendar esse conselheiro. O conselheiro Geraldo Mossem faz destaque ao
294 artigo 5º do Capítulo II, achou que havia contradição, acontece que o CMS já
295 aprovou que os conselheiros usuários tirados lá na Conferência Distrital e

296 referendado na plenária municipal. O conselheiro Jader coloca a questão do
297 indicativo político. Paulinho diz que os trabalhadores e os usuários elegem seus
298 suplentes, sendo que nove usuários vêm eleitos, os gestores e prestadores tem outras
299 prerrogativas, o projeto de lei não diz isto e nem que a Plenária Municipal existe e
300 elege conselheiros, é preciso aprimorar estes detalhes, só fala que os itens devem ser:
301 - Existência da plenária; - A forma de eleição; - Que a plenária pode fazer isto. O
302 conselheiro José Bonifácio fala que na numeração do regimento há dois artigos 5º. Os
303 trabalhadores apresentam a proposta de organização e mobilização, solicitando que o
304 CMS aprovasse um pedido à SMSA, de liberação dos trabalhadores de dois
305 conselheiros distritais e um municipal durante a semana de realização das
306 conferências distritais para que os mesmos visitem as unidades do SUS. Que o
307 Conselho solicite aos distritos que coloquem à disposição dos conselheiros
308 trabalhadores de saúde, um carro para este trabalho em horários a serem acordados
309 entre as partes: 1 - Solicitar que o CMS aprove um pedido à SMSA, de liberação do
310 trabalho de quatro conselheiros municipais trabalhadores, às quintas e sextas-feira, no
311 período de 02/04 à 26/04 e de 04/05 à 08/05, para que os membros colaborem na
312 organização, mobilização e acompanhamento das conferências distritais e plenária
313 municipal; 2 - Que o CMS solicite à SMSA que coloque à disposição um carro para
314 este trabalho em horário a serem acordados entre as partes; 3 - Solicitar que o CMS
315 através das comissões organizadoras das conferências distritais e plenárias municipais
316 imprima os documentos aprovados pelas plenárias municipais dos conselheiros
317 trabalhadores de saúde em quantidades a serem acordadas entre as partes. O
318 conselheiro Eduardo Leal, diz que não há necessidade, porque na V Conferência
319 houve acordo para destaque, acha que é o número que deverá ser discutido, os
320 trabalhadores ficaram de ajudar a organizar o trabalho. O representante dos
321 trabalhadores, Rogério reforça a solicitação no sentido de mobilizar efetivamente os
322 trabalhadores, se o CMS aprovar, a SMSA acatar, a coordenação dos trabalhadores
323 indicará os nomes. O conselheiro Antonio Gomes, queria saber como vai ser feita a
324 escolha dos líderes comunitários, o movimento de mulheres, os aposentados, todos os
325 distritos vão querer escolher como se fará na Plenária Municipal, qual entidade vai
326 representar os aposentados, tudo tem que se resolver. A conselheira Maria Josefina
327 diz que na plenária dos usuários foi aprovada este documento dos trabalhadores e
328 pediu-se que este item 3 seja aplicado para os usuários, solicita também a impressão
329 de documentos aprovados pelos usuários. O conselheiro Alcides responde ao senhor
330 Antônio, que existe a Federação dos Aposentados, dos Moradores, o MPM, o MUSA,
331 por exemplo, isto deve ser remetido ao distrito, para encaminhar esta questão. A
332 secretária geral Simone, reforça à questão do distrito. O conselheiro Paulinho fala que
333 é justo que haja a liberação dos trabalhadores destacados para a mobilização; se
334 compromete a levar esta solicitação à SMSA; junto com a conselheira Vera para
335 trabalhar a qualidade desta proposta; não há possibilidade de discutir o número de
336 trabalhadores, se compromete a defender esta proposta. Propõe este acordo e este
337 compromisso. A secretária geral coloca que há dois aspectos: 1 - Não tem polêmica

338 quanto à impressão de documento; 2 - Há polêmica na liberação quanto ao número. A
339 proposta teve 2 partes: 1 - Não tem problema, seria aprovada. Encaminha da seguinte
340 forma: O ponto 1 e 2 há a proposta dos trabalhadores e a do Paulinho. O ponto 3, tem
341 só uma proposta. Este ponto foi aprovado. O conselheiro Eduardo propõe que se
342 retire a quantidade e se aprove no conteúdo, na qualidade e remete à Comissão
343 Organizadora para encaminhamento junto à SMSA e resolver com relação a nomes e
344 números. Simone coloca que a proposta: O CMS quer trabalhadores municipais
345 disponibilizados para as conferências, tanto para a preparação quanto durante a
346 realização. A comissão discutirá os números e nela participam todos os segmentos.
347 Às 18:45 horas, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual foi
348 lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo presidente do
349 Conselho e pela secretária-geral.
350 Belo Horizonte, 19 de Março de 1998.
351 DIC/vld